

O DESEMPREGO NO BRASIL NA DÉCADA DE 1990¹

Eliane Lopes da Silva²

Lucia Cortes da Costa³

RESUMO: O desemprego é um fenômeno presente na sociedade capitalista, com conseqüências na esfera social e econômica, afetando a vida dos trabalhadores. O Brasil na década de 1990 passou a conviver com taxas elevadas de desemprego aberto em decorrência da política econômica adotada no período, marcada por uma tendência liberal de abertura da economia. O segmento juvenil foi o mais afetado pelo desemprego, devido ao acirramento da concorrência no mercado de trabalho pelas vagas existentes dada a dificuldade para a criação de novos postos de trabalho na economia.

PALAVRAS-CHAVE: desemprego, mercado de trabalho, trabalhadores.

Introdução

Nesse artigo analisamos a situação do desemprego no Brasil durante a década de 1990, partindo da hipótese de que a elevação da taxa de desocupação da força de trabalho no período está diretamente relacionada à condução da política econômica adotada pelo governo,

¹ O presente artigo foi organizado a partir da pesquisa desenvolvida no mestrado de Ciências Sociais Aplicadas - UEPG, por Eliane Lopes da Silva sob orientação da Dra. Lucia Cortes da Costa.

² Assistente Social, foi mestranda do Programa de Ciências Sociais Aplicadas, professora do curso de Serviço Social da UEPG e partiu precocemente do nosso convívio, deixando saudades e muitas reflexões importantes para a área social, especialmente sobre o desemprego juvenil.

³ Dra. Em Serviço Social, docente da UEPG no curso de Serviço Social e Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas.

centrada na busca de ajuste financeiro com geração de superávit primário e estabilidade monetária..

A modernização tecnológica em alguns setores produtivos e o baixo crescimento da economia nos anos noventa ocasionaram uma redução nos postos de trabalho formal, fazendo com que a população que ingressava em idade economicamente ativa não encontrasse vagas disponíveis no mercado de trabalho. O número de trabalhadores da PEA (população economicamente ativa) era maior do que a capacidade do mercado de trabalho em absorvê-la ocasionando um aumento do desemprego entre os jovens que buscavam a inserção no mercado de trabalho. Embora o desemprego não fosse um fenômeno restrito a um segmento populacional, mas geral entre a força de trabalho, os jovens foram um dos segmentos que mais sofreram com a ausência de vagas, uma vez que havendo uma grande oferta mão-de-obra, o mercado aumentou os critérios de seleção dos trabalhadores, exigindo experiência profissional daqueles que buscavam inserir-se no mercado formal de trabalho. A consequência foi a elevação do desemprego juvenil e a inserção dos jovens em ocupações precárias, com menores remunerações e garantias trabalhistas.

1- O Desemprego no Brasil na década de 1990

O desemprego é um dos fatores que se encontra na raiz da grave crise social que vive o país a partir das últimas décadas do século XX e no início do século XXI. Embora o desemprego se torne um fenômeno mais visível na economia na década de 1990, com o aumento do desemprego aberto, sua origem está relacionada com a crise do modelo de desenvolvimento dos anos 1980, com o fim do período de crescimento e expansão da economia nacional, denominado desenvolvimentismo.

A década de 1980 representou o esgotamento de um modelo de desenvolvimento da economia nacional, que pode ser aferido pela dificuldade em manter o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) que no período de expansão da atividade econômica, o chamado milagre brasileiro (1968-72) chegou a 11,5% ao ano.(SOUZA,1998, p.158).

Com a diminuição do nível de crescimento da economia a partir do final da década de 1980, o Brasil passa a amargar uma crise

marcada pelas altas taxas de inflação e tendo como pano de fundo no quadro internacional um situação desfavorável a retomada dos investimentos.

(...)a crise do endividamento externo, a partir da segunda crise do petróleo e da elevação das taxas de juros no mercado financeiro internacional, e adoção pelo governo brasileiro de uma política de ajuste recessivo{que} impuseram uma queda abrupta da atividade econômica.”(BALTAR; DEDECCA; HENRIQUE, 1996, p.91-92) .

A crise econômica vivida no Brasil não foi um fato isolado, revelou um movimento de ajuste da economia mundial com mudanças na orientação da política econômica dos países centrais, com repercussões desfavoráveis para os países em desenvolvimento. Após um período de recessão na economia mundial, foram adotadas medidas de caráter liberal favoráveis a flexibilização das relações de trabalho e a contenção do déficit público através da redução de gastos com as políticas sociais. Tal conjuntura evidenciou um ataque ao modelo Keynesiano, pautado na forte presença do Estado como regulador das relações econômicas e sociais(COSTA,1999). Surge o neoliberalismo como um movimento político e ideológico propondo a retomada da idéia de livre mercado, buscando limitar a ação do Estado sobre a economia.

O ressurgimento do 'neoliberalismo, ocorre como resultado da crise do nacional –populismo e da derrota do socialismo. Mais especificamente, o neoliberalismo é, ao mesmo tempo, semelhante e diferente do liberalismo. É semelhante na medida em que defende a idéia de que o mercado, e não Estado, deveria ser o único alocador de salários e capital. Defende a 'desregulamentação' total, a derrubada das barreiras comerciais, a livre circulação de bens, de trabalho e de capital. Ambas as doutrinas posicionam-se contra regulamentações (trabalhistas, ambientais, etc.), e a favor da 'auto-regulamentação' do mercado. 'O melhor governo é aquele que governa menos' é o slogan que expressa esse princípio. (PETRAS, 1997,p.16) (grifos no original).

O modelo neoliberal propõe a redução do controle do Estado sobre a economia, a defesa do livre mercado como forma de garantir o desenvolvimento econômico e a acumulação de capital. Parte da hipótese de que o Estado regulador foi o principal responsável pela crise capitalista vivida pelos países centrais no final da década de 1970, devido a criação de um oneroso sistema de proteção social que supostamente, teria ocasionado a elevação do déficit público e da inflação, e portanto,

deveria ser desintegrado. A redefinição do papel do Estado na economia tinha como objetivos a redução dos gastos públicos, a abertura econômica e o estímulo a livre concorrência.

A adoção da estratégia neoliberal foi liderada pelos governos *Ronald Regan* dos EUA e *Margaret Thatcher*, da Inglaterra, que realizaram modificações no sistema de proteção social e adotaram medidas que favoreciam o livre mercado.

No cenário econômico internacional, a crise do petróleo ocorrida em 1974 e 1979 marcou um período recessivo no capitalismo mundial, com a elevação do preço do produto promovida pelos países produtores de petróleo – a OPEP⁴. A liquidez gerada com a elevação do preço do petróleo, denominada de “petro-dólares”, serviu para diversas finalidades tais como: financiamento do desenvolvimento tecnológico, financiamento da produção industrial dos países desenvolvidos e empréstimo para os países em desenvolvimento. Essa liquidez de recursos deu origem a movimentação de capital no mercado financeiro privado, junto com a aplicação dos lucros de empresas americanas que atuavam na Europa – os chamados euro-dólares, esse capital passou a circular de forma independente, sem a regulação dos bancos centrais e deu início a uma onda de especulação⁵ financeira que redundou na crise do endividamento nos anos 1980.

Nos anos 1990 a economia mundial registrava um salto no nível tecnológico, o que repercutiu no processo produtivo com a redução do tempo de trabalho socialmente necessário nos setores mais dinâmicos (indústria e serviços). Com maior poder tecnológico, os países centrais passaram a pressionar a abertura econômica nos países periféricos, ampliando a atuação das empresas multinacionais. Podemos afirmar que houve uma mudança no poder do Estado nacional, especialmente nos países em desenvolvimento, no controle do capital externo e na promoção de política de crescimento econômico. A retirada de barreiras ao fluxo de investimento e remessa de lucros, fortaleceu o poder de decisão do capital financeiro sobre a economia, especialmente dos países com baixo nível de poupança interna e elevada dívida externa.

O Brasil passou a conviver com as pressões para o pagamento dos juros da dívida externa e com a queda no nível de atividade da

⁴ OPEP - Organização dos Países Produtores de Petróleo.

⁵ Uma análise mais detalhada deste contexto pode ser encontrada em COSTA, 2000.

economia, o que se refletiu no aumento do esforço do governo para conseguir superávit primário⁶ e conter a inflação, elevando as taxas de juros e reduzindo os investimentos.

BITAR e ROMÃO (2001) colocam que em 1970 o número de investimentos no setor produtivo correspondia a 25% do PIB caindo para 22,5% em 1980 e chegando a 16,7% em 1989. Pontuam ainda, que se tomarmos o início da década de 1990, o quadro se agrava, correspondendo a apenas 13,6% do PIB do país. Isso reflete diretamente na oferta de emprego. Não é por acaso que, o setor industrial, principal gerador de postos de trabalho no período desenvolvimentista, passa a reduzir o número de trabalhadores, havendo o crescimento do desemprego, no final da década de 1970 e se agravando na década posterior.

BALTAR; DEDECCA e HENRIQUE (1996) apontam que a redução do emprego industrial na década de 1980 foi resultado do fraco dinamismo da economia nacional relacionado com a redução do investimento produtivo aliado a 'estagnação da produção' nesse setor econômico. O crescimento do desemprego aberto, da informalidade e também a transferência de trabalhadores do setor industrial para o setor de serviços, tem relação com o baixo crescimento da economia nacional e a política de abertura comercial. A diminuição da participação da indústria na geração de ocupações, significou a precarização das condições de trabalho, tendo em vista que esse setor é o responsável pelos empregos com melhores remunerações e maior estabilidade.

Nos primeiros anos da década de 1990, o país apresentava um baixo crescimento da atividade econômica, aliado a altos índices inflacionários e elevação da dívida pública. Nesse quadro, o governo brasileiro implantou três planos econômicos na tentativa de conseguir a estabilidade monetária e o controle das contas públicas.

Entre os anos de 1990 a 1992, no governo Fernando Collor de Melo, vigoraram dois planos econômicos, o Plano Collor I e o Plano Collor II, ambos fracassados rapidamente. Segundo LOURENÇO (2000) os dois planos visavam a estabilização econômica e o controle da inflação.

O primeiro, denominado Plano Collor I, foi editado em março

⁶ Superávit primário é a diferença entre a arrecadação e gastos do governo, exceto o pagamento de juros da dívida externa.

de 1990 e estava pautado em ações como: prefixação de preços e salários, tributação sobre as aplicações financeiras, redução de gastos públicos e câmbio flutuante. Contudo, teve curta duração, sendo que as medidas adotadas como o confisco monetário, causaram repercussões na economia nacional ao limitar o consumo da população e diminuir atividade no mercado interno.

O Plano Collor II, editado em 1991, promoveu o congelamento de preços e salários, confiscou saldos das conta poupança, numa postura de austeridade monetária e fiscal. O grande desafio do governo Collor era o combate à inflação, sendo que os planos econômicos adotados tiveram curta duração e foram ineficientes para resolver essa questão. Segundo TAVARES e FIORI (1996), o ajuste fiscal realizado no Plano Collor II teve como objetivo gerar superávit primário para o pagamento dos juros da dívida externa. As medidas adotadas só agravaram a recessão, mediante ausência de investimentos e diminuição do consumo no mercado interno.

A abertura econômica promovida pelo governo Collor trouxe um saldo negativo para as contas nacionais, devido ao desequilíbrio da balança comercial. A eliminação das barreiras tarifárias e a abertura comercial favoreceram o ingresso de produtos importados no país, expondo a economia nacional a concorrência externa, o que resultou na falência de várias empresas que atuavam no mercado interno. O governo Collor aprofundou a dependência da economia nacional frente ao capital financeiro internacional, expôs as empresas nacionais à concorrência, muitas vezes desleal, gerando uma crise social e econômica que resultou na sua deposição política.

A pronunciada contração econômica - demarcada pela queda acumulada de quase 10% do PIB entre 1990 e 1992, pelo aumento do desemprego e pelo declínio dos salários reais – somada ao malogro dos planos de estabilização, o desgaste governamental com os efeitos negativos do confisco dos ativos e os inúmeros casos de malversação de recursos públicos identificados, desembocaram no *impeachment* e na deposição do Presidente da República em outubro de 1992. (LOURENÇO, 2000, p.04)

A política de juros altos fez a economia do Brasil tornar-se refém do mercado financeiro, favorecendo a especulação com os títulos da dívida pública. O contexto da década de 1990 indicava a necessidade de um ajuste fiscal, pois a economia do país estava submetida a especulação do setor financeiro, influenciando a avaliação do risco do país

(COSTA,2000)

A abertura econômica foi a marca do governo Collor, que atendeu aos interesses do grande capital internacional. Alguns autores, como LOURENÇO (2000); POCHMANN (2001); denominam esse processo como “Modernização Conservadora”⁷. Entre as modificações trazidas pela “modernização” adotada no país estão: a abertura econômica, desregulamentação dos mercados e aprofundamento das privatizações. As medidas adotadas seguiram as recomendações feitas aos países da América Latina pelas Agências Financeiras Internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), conforme as políticas preconizadas pelo Consenso de Washington (TAVARES e FIORI,1997)

A política econômica adotada pelo governo Collor e pelo governo Fernando Henrique Cardoso após 1995, seguiam orientações neoliberais, que segundo PETRAS (1997, p.18) podem ser resumidas em cinco metas essenciais:

(...)estabilização (de preços e das contas nacionais); privatização (dos meios de produção e das empresas estatais); liberalização (do comércio e dos fluxos de capital); desregulamentação (da atividade produtiva) e austeridade fiscal (restrições aos gastos públicos).

Ao longo da década de 1990, muitas dessas ações foram implantadas pelo governo brasileiro, que através dos Planos Econômicos (Collor I, Collor II e Plano Real) voltados para a busca do controle inflacionário e estabilização monetária, limitando a capacidade de investimento, repercutindo negativamente no crescimento econômico. Essas ações foram: a política de ajuste fiscal, abertura econômica, privatizações de empresas públicas, venda de empresas nacionais, acordos firmados com o FMI para renegociação do pagamento da dívida externa exigindo a geração de superávit primário.

O que se observou na década de 1990 foi a reversão do modelo de intervenção adotado pelo Estado brasileiro no período

⁷ Segundo LOURENÇO (2000) esse termo foi utilizado originalmente pelo historiador Barrington Moore para explicar a estratégia autoritária de desenvolvimento do capitalismo tardio do século XIX. Segundo LOURENÇO o seu uso estava vinculado as condições análogas a “modernização conservadora” definida pelo historiador.

⁸ Na obra *A Década dos Mitos*, o autor discute o conjunto de pressupostos ideológicos difundidos no país na década de 1990, que defendiam as reformas neoliberais, como um remédio para o retorno ao crescimento econômico e a geração de empregos. O autor vai analisando mitos um a um e demonstrando com dados que a realidade é justamente contrária a tais pressupostos.

desenvolvimentista e adoção de um novo modelo, pautado em ações neoliberais. Segundo POCHMANN (2001) a defesa da redefinição do papel do Estado na economia, veio acompanhada de alguns mitos⁸:

O primeiro mito surge da constatação de que o esvaziamento do papel do Estado levaria o país ao crescimento econômico sustentado, com elevação no nível de ocupação. Por meio da privatização seria possível reduzir o endividamento público e ampliar o gasto social, deixando ao setor privado o comando da expansão econômica.(...) O segundo mito encontra-se incrustado no pressuposto de que a abertura comercial e internacionalização da economia permitiram a modernização do parque produtivo, assim, como a redução do desemprego. (POCHMANN,2001, p.08)

A crença de que o esvaziamento do papel do Estado levaria o país ao crescimento econômico sustentado, com a elevação no número de ocupações e a defesa da idéia de que diminuindo os gastos públicos e com a privatização de empresas estatais poderia levar à expansão econômica, foram as justificativas dadas para legitimar as ações do governo brasileiro nesse período. Contudo, o que tivemos foi a redução da atividade econômica nacional e a elevação do quadro de desemprego aberto. Segundo o DIEESE, o desemprego registrado na década de 1990 nas cinco regiões metropolitanas do país foi o seguinte:

Tabela 01: Evolução do desemprego no Brasil na década de 1990(em%)

Regiões Metropolitanas	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Belo Horizonte								12,7	13,4	15,9	17,9
Distrito Federal				15,5	15,1	14,5	15,7	16,8	18,1	19,4	21,6
Porto Alegre					12,2	11,3	10,7	13,1	13,4	15,9	19,0
Rio de Janeiro										21,6	22,1
Salvador									21,6	24,9	27,7
São Paulo	8,7	10,3	11,7	15,2	14,6	14,2	13,2	15,1	16,0	18,2	19,3

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE /FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego. Elaboração DIEESE. Mercado de Trabalho no Brasil, 2001.

Como podemos ver acima, o desemprego nas regiões metropolitanas cresceu até 1992 durante o governo Collor, retrocedendo por um curto período, entre 1993 e 1995, durante o início do Plano Real e voltando a crescer após 1995. Sendo o pior período de elevação do desemprego em todo país, entre 1998 e 1999.

Durante o governo de Itamar Franco o país passou um período de recuperação e crescimento econômico, evidenciando uma elevação

na taxa emprego, conforme podemos ver na tabela acima. A partir do Plano Real em 1994, houve mudança na política econômica, num primeiro momento com efeito positivo, com a estabilidade monetária e o controle inflacionário, que vinha em taxas elevadas nas décadas anteriores. Contudo, o Plano Real por meio das ações implantadas como apreciação artificial do câmbio, elevação das taxa de juros e política de ajuste fiscal, trouxe repercussões negativas à economia do país, que sofreu retração no ritmo de crescimento, dificultando a criação de empregos e favorecendo a importação.

Delfim Netto (1998) colocou que o desemprego tornou-se a *âncora do real*, sendo resultado da retração da demanda exigida pela sobrevalorização da moeda e da elevação da taxa de juros no início do plano de estabilização. Ao manter o câmbio sobrevalorizado, ocorre um desequilíbrio da balança comercial, por haver mais importações do que exportações.

Apela-se, então, para a redução do ritmo de crescimento do PIB para cortar as importações. Juro real desmedido que gera baixo nível de atividade econômica e desemprego é o instrumento para manter o precário equilíbrio do balanço em conta corrente com câmbio valorizado.(NETTO,1998, p.16)

O desemprego que cresceu no Brasil na década de noventa foi resultado direto da política econômica adotada pelo governo. Mesmo que tenha sido realizada a desvalorização cambial de forma progressiva, no segundo mandato de FHC (1998-2002), o impacto na economia e no mercado de trabalho foi desastroso.

A economia brasileira passou por situações contraditórias, se por um lado, o controle da inflação e estabilização da moeda, marca do primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), por outro, as ações adotadas para essa “conquista” trouxeram consequências danosas para o país, com o baixo crescimento econômico e elevação do desemprego. A valorização artificial da moeda brasileira trouxe um saldo negativo para a balança comercial. Para amenizar essa situação, o governo FHC, aumentou a taxa de juros, para atrair recursos externos para o Brasil, esses recursos seriam usados, em parte, para cobrir os déficits comerciais.

Delfim Netto discute se a sobrevalorização cambial e a elevação das taxas de juros eram realmente necessárias para manter a estabilidade monetária.

A sobrevalorização do real não era uma necessidade, não estava no programa. Ela foi uma dessas aventuras que acontecem no processo de execução. Em qualquer programa de estabilização em que se usa o câmbio sempre há uma valorização inicial mas não é obrigatoriamente a sobrevalorização induzida pelos gestores do Banco Central.(...) No início do Plano Real o PIB estava crescendo 4,5% e havia superávit nas contas do comércio com o exterior. Ao colocar o programa em andamento o governo teve receio que a demanda se acelerasse muito rapidamente, provocando pressão sobre os preços. Para evitar isso manteve as taxas de juros em níveis extremamente elevados e o câmbio fixo. Se alguém trouxesse 1 dólar e o aplicasse no Brasil ele renderia três ou quatro vezes mais do que se ficasse nos Estados Unidos. É evidente eu houve uma enxurrada de dólares entrando no país para participar da festa dos juros e o real foi apreciando até chegar a 0,83 centavos de real por dólar. (NETTO, 1996, p.106)

O medo do retorno da inflação e da perda da estabilidade monetária levou o governo a adotar medidas de alto custo à classe trabalhadora, que se viu imersa em uma situação de baixo crescimento da economia brasileira, associado a longos períodos de desemprego e de precarização das relações e condições de trabalho.

A desnacionalização da economia devido a venda de empresas nacionais e a privatização de empresas públicas feitas nesse período, tinham como objetivo atrair recursos externos para cobrir o rombo nas contas públicas. Porém, parte do capital que entrou no Brasil, tinha interesse meramente especulativo, atraído pelas elevadas taxas de juros praticadas no país e pouco significou para o investimento produtivo e para a geração de empregos como se esperava.

Nos dois primeiros anos do Plano Real, em 1994 e 1995, houve um pequeno crescimento econômico e aumento do poder de compra da população, principalmente das classes populares, que mais sofriam com a elevação constante dos preços. Com a estabilização conseguida por meio do controle da inflação e da valorização da moeda e ainda, segundo NETTO (1998) pelo restabelecimento do sistema de crédito e pelo barateamento de produtos importados, houve um aumento no poder aquisitivo da população e o “consumo atingiu todas as classes de consumidores”. Sendo assim, a indústria expandiu a produção, contratando trabalhadores. Contudo em 1995, o déficit da balança comercial cresceu fazendo o governo elevar ainda mais as taxas de juros estagnando o crescimento da economia.

Nesse cenário, o desemprego a partir de 1994, pode ser entendido como consequência direta da política econômica adotada com a implantação do Plano Real, embora persistem análises que apontem como principais causas do desemprego os custos para a contratação da força de trabalho⁹, ou a modernização nas relações de produção, devido ao desenvolvimento tecnológico ou mesmo a pouca qualificação dos trabalhadores frente às novas exigências do mercado trabalho.

Conforme Kalecki (1977) o aumento da oferta de empregos, depende dos mecanismos de recuperação econômica e para tanto, necessita-se de investimentos públicos e privados. Contudo, no Brasil dos anos noventa, o investimento público fica inviabilizado por políticas de ajuste fiscal voltadas para realização de superávit primário, comprometido com pagamento dos juros da dívida pública. Nesse sentido, o Estado diminuiu suas despesas, elevou a tributação e as taxas de juros para atrair recursos externos para o país. Porém, o capital atraído, não tem o compromisso de financiar o setor produtivo e possibilitar o desenvolvimento econômico, ao contrário, o capital que circula na economia vê-se atraído pelas taxas de juros, onde o retorno é alto e garantido.

O Estado brasileiro nos anos noventa, redefine o seu papel na economia, com uma tendência liberal, através da política monetária restritiva, altas taxas de juros e corte nos investimentos públicos, assumindo uma atitude passiva frente aos interesses do grande capital financeiro que entra no país. Isso ficou evidente na aceitação das condições estabelecidas pelos credores internacionais quando estes realizaram empréstimos para o pagamento dos juros da dívida brasileira:

Para superar a turbulência caracterizada pela fuga de capitais e conseqüentemente perda das reservas, o governo assinou o acordo com o FMI comprometendo-se a: não alterar a sua política cambial; honrar todos os compromissos internos e externos; não criar empecilhos à saída de capitais; manter os juros flexíveis; realizar as reformas estruturais; promover um profundo ajuste fiscal. Segundo o governo, o novo 'pacote' visava buscar o equilíbrio das contas públicas. (DIEESE,1998, p.01)

Para que isso ocorresse o governo acabou adotando uma série de medidas institucionais, algumas de longo e outras de curto prazo visando realizar ajustes necessários para amenizar o rombo causado pela política econômica. Como medida de longo prazo, que foi chamada

⁹ Entre os economistas que defendem essa posição podemos apontar JOSÉ PASTORE .

de estrutural, citamos a reforma do Estado e as de curto prazo voltaram-se para a redução de gastos públicos. Essas ações buscavam a geração de superávit primário para o pagamento dos juros da dívida brasileira. Para a área social isso implica em diminuição de recursos para as políticas públicas e conseqüentemente redução no atendimento das demandas sociais, sobretudo, em um período onde se agrava a pobreza e a desigualdade social, decorrente do aumento do desemprego, da informalidade e da queda na renda dos trabalhadores.

As reformas adotadas pelo governo FHC, vieram acompanhadas com fortes argumentos ideológicos¹⁰ que buscavam justificar o esvaziamento do papel do Estado e a abertura econômica, como um mal necessário para a retomada do crescimento econômico.

DEDECCA (1998, p.281) coloca que:

O ajuste do mercado formal de trabalho nada mais foi do que a expressão dos efeitos da racionalização produtiva em uma recessão intensa. A abertura econômica rompeu uma longa trajetória de industrialização voltada para o mercado interno e as expectativas das empresas sobre uma recomposição significativa de seu nível de atividade em um provável contexto de recuperação econômica. Essas entenderam a mudança da política econômica como um sinal de novos tempos, onde a sobrevivência empresarial passou a depender da gestão de uma estrutura produtiva mais enxuta, menos complexa e menos integrada. Assim, os investimentos em modernização e redução de custos predominaram no processo de reorganização econômica, consolidando uma capacidade produtiva e um volume de emprego de menores dimensões.

Mesmo havendo a redução da atividade produtiva e conseqüente diminuição de postos de trabalho estáveis, a qualificação profissional ganha espaço nos meios de comunicação de massa e mesmo no discurso governamental, como um dos principais elementos do combate ao desemprego. Esse entendimento está fundado na concepção de que o quadro de desemprego brasileiro é resultado direto do processo de reestruturação produtiva, que trouxe novas demandas em relação à força de trabalho, exigindo dos trabalhadores novas qualificações e habilidades profissionais. Nesse entendimento, o desemprego seria uma conseqüência da inadequação da mão-de-obra frente às exigências do

¹⁰ Nos referimos aos mitos neoliberais difundidos na década de 1990, tratados por Márcio Pochmann no livro: *A década dos mitos*.

mercado de trabalho.

O processo de desenvolvimento das forças produtivas e as redefinições na forma de organização do capital, trazem novas demandas e ao mesmo tempo gere uma dispensa maior de trabalhadores, devido ao aumento do uso de tecnologias, mas esse fator não é a principal causa do desemprego na realidade brasileira, durante a década de 1990. Conforme vimos anteriormente, a precarização do mercado de trabalho e a elevação na taxa de desemprego decorre da política econômica adotada no período.

LEITE (1997) ressalta que a qualificação profissional não é o elemento principal para compreender o mercado de trabalho, mas constituiu-se apenas como um dos elementos para a análise do desemprego. Isso porque, discutir o desemprego como consequência da “desqualificação do trabalhador” centraliza a discussão em torno da força de trabalho, ao mesmo tempo em que, realiza uma análise endógena ao funcionamento do mercado, como se esse fosse algo desconectado da realidade macroestrutural, sem relação entre o mercado de trabalho e a política econômica. Sendo essa, portanto, uma análise pontual que não permite compreender as questões conjunturais e exógenas que estão intimamente relacionadas ao mercado de trabalho. LEITE (1997) afirma que essa concepção além de colocar-se de forma acrítica frente aos problemas do mercado de trabalho, como precarização das relações e condições de trabalho, bem como do desemprego aberto, força os trabalhadores a aceitarem passivamente as condições impostas pelo mercado de trabalho para manterem-se empregados ou inserirem-se no mesmo. De tal forma que caberia a força de trabalho se “instrumentalizar para o enfrentamento da competição” com outros trabalhadores, elevando sua empregabilidade e qualificação profissional, sendo essa a solução para se livrar do eminente quadro de desemprego.

Na década de 1990 houve um aumento no investimento em formação profissional dos trabalhadores e uma considerável melhora nos níveis educacionais da população brasileira, por outro lado, isso não garantiu a elevação da taxa de ocupação na PEA. A qualificação profissional passou a fazer parte do eixo da Política Pública de Emprego no país, em 1994, recebendo verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador para a formação profissional, por meio da formulação do Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR). O objetivo do PLANFOR é:

(...)mobilizar e articular, gradualmente, toda a capacidade e

competência de educação profissional disponível no país, de modo que se alcance, a partir de 1999 a capacidade de qualificar e requalificar, anualmente pelos menos 20% da População Economicamente Ativa. (BRASIL, 1996, p.07)

A política de qualificação é substancial para a formação profissional da mão-de-obra, contudo, tem uma ação limitada frente ao quadro de desemprego brasileiro, podendo ser eficaz somente em casos de desemprego friccional, ou de desajustes entre a oferta de emprego e a demanda da força de trabalho. Em situações de recessão ou baixo crescimento econômico, a educação e a qualificação dos trabalhadores não responde as expectativas difundidas de que esta seria a única condição para os trabalhadores ingressarem no mercado de trabalho.

A idéia de que o trabalhador estaria desempregado devido a sua baixa qualificação profissional e pela pouca condição de empregabilidade nada mais é do que um modo de colocar sob a ótica da força de trabalho, a responsabilidade pelo aumento do desemprego:

Isto implica a suposição de que há oferta de trabalho para toda a população economicamente ativa e que se trata, portanto, de adaptar a demanda de emprego por parte dos trabalhadores às exigências da oferta. Ou seja, parte-se do princípio de que os trabalhadores que estão desempregados encontram-se nessa situação não porque haja falta de emprego, mas porque não se adequariam às novas exigências de qualificação das empresas ou, em outras palavras, porque não apresentariam o perfil de qualificação exigido pelos novos conceitos de produção. (LEITE, 1997, p.64 e 65)

Como vimos, essa não é a explicação para o desemprego, sobretudo se considerarmos que existe uma grande parcela de trabalhadores brasileiros com elevada qualificação profissional, egressos do ensino superior, que não encontram vagas no mercado de trabalho. Existem dados¹¹ que apontam, que absorção da força de trabalho nesse período, foi maior para ocupações que exigiam baixa escolaridade e baixa qualificação profissional, o que derruba o argumento de que o desemprego no Brasil nos anos noventa seja resultado da “*desqualificação da força de trabalho*” como usualmente ouvimos dos próprios trabalhadores e inclusive de gestores da política pública de emprego.

¹¹ Conforme dados da RAIS e CAGED sobre o mercado de trabalho.

Consideramos necessária a qualificação da força de trabalho, até mesmo porque ao elevar a escolaridade e o aperfeiçoamento da mão-de-obra, estamos agregando valor ao capital humano, podendo assim, o trabalhador pleitear as melhores vagas. Contudo, tais medidas são limitadas, caso não estejam articuladas à política econômica favorável ao investimento com a criação de emprego.

É necessário articular as políticas de emprego às políticas de geração de trabalho e renda. Ações de natureza estrutural, voltadas ao crescimento econômico e distribuição de rendas, podem criar vagas no mercado formal de trabalho ao elevar a produção e o consumo, considerando a potencialidade do mercado interno. AZEREDO (1997) ressalta que a condição de desenvolvimento social e econômico do país passa pela articulação do sistema produtivo com a política educacional, de forma que haja compatibilidade entre a demanda da força de trabalho e as exigências do mercado. Consideramos que a relação mercado de trabalho/educação, exige ações voltadas para o desenvolvimento econômico e social do país, para tanto, se faz necessário a redefinição da política econômica, de forma a elevar o número de investimentos com geração de postos de trabalho para reduzir o desemprego.

Os Indicadores Sociais e Econômicos do IBGE referente ao ano de 2003, apontam que a escolaridade dos jovens entre 15 a 24 anos no Brasil cresceu, se compararmos o ano de 1993 e 2003, podemos ver abaixo:

Tabela 02: Evolução do número de jovens que estão estudando segundo IBGE – comparativo 1993 a 2003 (%)

Faixa etária	1993	2003
15 a 17 anos	61,9 %	82,4%
18 a 19 anos	39,8	51,7
20 a 24 anos	18,3	26,8

Fonte: Síntese dos Indicadores Sociais e Econômicos. IBGE, 2004. Org: Eliane Lopes da Silva

Podemos ver que o número de jovens que estão freqüentando a escola aumentou, elevando a qualificação para o mercado de trabalho. Se a economia voltar a crescer, se houver mecanismos favoráveis a distribuição de rendas e geração de novos postos de trabalho, podemos

prever uma diminuição no nível de desemprego no país, fato que depende do rumo da política econômica e da retomada nos investimentos produtivos.

2 – Apontamentos sobre o Desemprego Juvenil no Brasil.

Dados do Programa Nacional de Amostra a Domicílio (PNAD) do IBGE referente à década de noventa¹², apontam que o Brasil perdeu na década de 1990, em torno de 3,2 milhões, sendo que mais de 2 milhões foi para a população abaixo de 25 anos de idade. Destes, cerca de 47% são de jovens entre 15 a 24 anos, perfazendo um total de 3,3 milhões de jovens desempregados no período. Isso representa, o agravamento da crise social e econômica do país na década de 1990, podendo o desemprego juvenil ser segundo QUADROS (2003) “um indicador do funcionamento do mercado de trabalho”. Os jovens tomados por dificuldades econômicas, muitas vezes geradas pelo desemprego ou emprego precário dos membros da família, buscam a inserção precoce no mercado de trabalho e não encontram uma ocupação. Os jovens quando encontram ocupação, às vezes são em condições mais desfavoráveis do que para outras faixas etárias, com menores remunerações.

Segundo dados da Pesquisa Mensal de Empregos (PME) do IBGE/ 2000¹³ a renda média mensal dos trabalhadores por faixa etária durante a década de 1990 ficou da seguinte maneira:

¹² QUADROS, Waldir. Um retrato do desemprego juvenil no Brasil. Revista Mercado de Trabalho, Conjuntura e Análise, n 21, fevereiro de 2003. Disponível em www.ipea.gov.br. Acesso em 12/02/2004. POCHMANN, Márcio. Desemprego é grande ameaça ao jovem entre 15 a 24 anos. Entrevista disponível em www.educacional.com.br/entrevistas/0027.asp. Acesso em 12/02/04.

¹³ REVISTA MERCADO DE TRABALHO E ANÁLISE. N 21, fevereiro de 2003. Disponível em www.ipea.gov.br. Acesso em 12/02/2004. p. 34.

Tabela 03 : Renda Média Mensal por Salários Mínimos

Média	15/17	18/24	25/29	30/39	40/49	50/59	60/64
1991	213,31	390,17	612,28	789,50	897,32	825,04	755,18
1992	189,95	316,21	501,17	643,28	713,42	643,62	555,50
1993	208,09	364,87	569,41	732,36	810,33	724,29	659,42
1994	194,12	363,62	571,21	749,86	899,34	783,26	715,35
1995	213,33	395,35	621,17	799,79	956,16	887,35	799,42
1996	228,11	415,79	642,66	839,55	997,44	964,73	890,05
1997	216,81	413,10	643,05	830,00	1004,60	979,44	903,22
1998	211,39	412,90	599,13	823,00	972,41	1009,62	953,50
1999	200,17	388,53	603,15	779,03	910,47	916,73	904,87

Fonte: Revista Mercado de Trabalho e Análise (anexo) IPEA, 2003. O salário está calculado em reais no ano de 2000.

Os dados acima demonstram que o salário dos jovens de até 24 anos é menor do que entre as outras faixas etárias, se compararmos o salário dos jovens de 18 a 24 anos com o salário da faixa etária de 30 a 39 anos no ano de 1991, poderemos ver que a diferença chega em números absolutos a 400 reais, aumentando na faixa etária de 40 a 59 anos. A diferença no nível salarial da população jovem em relação às demais faixas etárias demonstra que além da situação de desemprego, os jovens enfrentam condições desiguais no mercado de trabalho.

Segundo QUADROS (2003) uma das formas de evitar a precarização das ocupações entre os jovens e o agravamento do desemprego nessa faixa etária seria o retardamento do ingresso dos jovens no mercado de trabalho, para que esses tivessem mais tempo para dedicar-se aos estudos. Concordamos com essa colocação, uma vez que, quanto maior for o preparo do jovem, melhor condição de competir por uma vaga esse terá. Contudo grande parcela de jovens com nível de renda familiar baixa, não tem essa possibilidade, tendo que buscar precocemente sua inserção no mercado de trabalho, por vezes sem concluir o ensino médio ou passarem por algum curso técnico. Conforme demonstra a seguinte tabela:

Tabela 04: Média de anos de escolaridade os jovens de 15 a 24 anos em 2003.

Idade	Anos de estudo
15 anos	6,3
16 anos	7,0
17 anos	7,5
18 anos	8,0
19 anos	8,3
20 anos	8,5

Fonte: Síntese dos Indicadores Sociais e Econômicos. IBGE, 2004

Como podemos ver os jovens que estão em idade economicamente ativa tem em média 6,3 a 8,5 anos de estudo, demonstrando que mesmo não tendo concluído o ensino médio, os jovens já estão inseridos no mercado de trabalho. Entre os jovens de 20 a 24 anos em 1993, 10,8% trabalhavam e estudavam e em 2003 esse número foi para 15,1% de jovens que além de estudar trabalhavam. Isso pode ser um dos indicadores para analisarmos a defasagem escolar entre os jovens, tendo em vista, que dividir ao tempo entre a escola e o trabalho, favorece para que o jovem tenha seu rendimento prejudicado na escola, devido à necessidade de garantirem a renda no final do mês.

Quadros (2003), aponta que a orientação da política econômica de caráter liberal década de 1990 agravou a crise social, levando o jovem a buscar sua inserção no mercado de trabalho para contribuir com a renda familiar.

O incentivo para incluir os jovens provenientes de famílias de baixa renda no mercado de trabalho veio do próprio governo, que através de políticas públicas e programas sociais que buscava qualificar e elevar a escolaridade dos jovens, de forma a encaminhar os mesmos para as

¹⁴ Um exemplo de Programa Social dessa natureza, é o Projeto Serviço Civil Voluntário desenvolvido pelo governo federal, através dos Ministérios da Justiça e do Trabalho entre 1998 a 2002. Tendo como ênfase à "preparação do jovem para o mercado de trabalho e o exercício da cidadania. Seguindo os seguintes objetivos: elevar a escolaridade dos jovens participantes; desenvolver nos jovens valores de cidadania; qualificar e encaminhar os jovens para oportunidades concretas de trabalho e renda." (Brasil, Termo de Referência: projeto Serviço Civil Voluntário, 2000, p.04 e 05).

vagas em primeiro emprego.¹⁴ A orientação desses programas em grande medida, parte do entendimento de que são os jovens que precisam se aperfeiçoar para o mercado, através da qualificação, escolarização e de habilidades necessárias à sua inserção, sendo que pouco se fala na escassez de vagas para os jovens, bem como, da qualidade das ocupações geradas para esse segmento populacional.

Podemos considerar que esses programas realizam uma leitura parcial do mercado de trabalho, focalizando apenas na questão da preparação da mão-de-obra e desconsiderando a exigência de ampliação do nível de investimento com geração de postos de trabalho. Nesse sentido, algumas ações voltam-se para incentivo monetário e fiscal à contratação de jovens, correndo o risco de substituir apenas uma mão-de-obra pela outra, sem de fato resolver o problema da escassez de vagas. A esse respeito POCHMANN (2000) faz as seguintes considerações:

Por conta disso, predominam as políticas do trabalho voltadas à geração de emprego que tendem a identificar a redução do custo do trabalho e a flexibilização das regras de contratação, assim, como a qualificação e formação profissional e o estímulo à mobilidade funcional e geográfica dos trabalhadores. Nesses termos, o mercado de trabalho termina sendo um fim em si mesmo, pois parte-se do pressuposto de que o seu funcionamento possa resolver os problemas de escassez de vagas. Nessa mesma direção ganha a importância à difusão de argumentos que procuram ressaltar o papel do indivíduo na definição do melhor momento da inserção e na responsabilidade pelo planejamento prévio da trajetória ocupacional. Por conta disso, não restam outras medidas que não seja, o estímulo à aprendizagem, à postura do jovem quanto à procura por trabalho, através de formas distintas de montagem de currículo, comportamento, vestimenta (...) (POCHMANN,2000,p.65 a 66)

As políticas de inserção do jovem no mercado de trabalho que seguem essa orientação são ineficazes e de pouco abrangência em relação a real situação social e econômica vivida pelos mesmos, por vezes contribuindo para a continuidade das condições de desigualdade de acesso ao mercado, sobretudo por não atacar a raiz do problema, que é a geração de vagas no mercado formal de trabalho, garantindo condições de igualdade de contratações dos jovens em relação às demais faixas etárias.

A insegurança frente as perspectivas de futuro, gerada pela

precarização da inserção no mundo do trabalho, afeta os processos de socialização e integração dos jovens, favorecendo o aumento da violência, especialmente entre o segmento juvenil masculino. A Síntese dos Indicadores Sociais e Econômicos, elaborada pelo IBGE (2004) apontam o crescimento da violência e morte por causas externas entre a população de 15 a 30 anos no país no ano de 2003. Esse número é mais elevado entre os jovens de 20 a 24 anos, prevalecendo no sexo masculino. Segundo o IBGE, o número de mortes por causas externas no sexo masculino subiu entre 1980 a 2003 dez vezes mais entre os homens do que em relação às mulheres e ainda:

(...)em 1980, a taxa masculina (de mortes) por causas externas era até inferior à calculada com as mortes classificadas como naturais, atestando que os incrementos das mortes por causas externas, particularmente as associadas à violência, foram aumentando cada vez mais a partir de meados da década de 1980. (IBGE, 2004, p. 34).

As mortes violentas entre os jovens estão associadas a casos de homicídios e também acidentes de trânsito. Nos anos noventa o número de mortes entre jovens envolvendo casos de violência cresce, e podemos relacionar essa questão aos problemas sociais e econômicos do país, alavancados pelo aumento do desemprego, que traz a tona uma série de implicações sociais.

A crise do emprego não repercute somente na reprodução da vida material, na perspectiva econômica, mas também na condição de integração dos jovens na vida social. Na sociedade capitalista, o consumo é mediatizado pela renda. Ao subordinar o atendimento das necessidades humanas a renda e a obtenção de renda ao trabalho assalariado, o desemprego torna-se um risco para os trabalhadores. O trabalho além de ser meio de garantir acesso à renda, tem a capacidade de promover o reconhecimento social, favorecendo a integração e a formação da identidade social e individual do trabalhador. Daí que o não acesso ao trabalho, ao mesmo tempo em que dificulta a inserção na esfera do mercado, rompe com as possibilidades desenvolvimento necessárias ao ser humano, como socialização, a aceitação e valorização social.

A construção da identidade do jovem como um adulto responsável, capaz de autogerir sua própria vida, seu sustento, suas relações familiares, emotivas, passa pela independência financeira proporcionada pelo trabalho e pelo reconhecimento adquirido através do mesmo. O jovem ao buscar "ingresso no mundo adulto," sente a necessidade de

afirmar-se como um ser capaz de governar a própria vida, sendo o trabalho uma das formas que mais possibilita essa autonomia. Contudo, a não inserção no mundo de trabalho, pode trazer conseqüências graves para os jovens, que se tornam vulneráveis e impotentes na reprodução da vida material e sobretudo na criação de perspectivas favoráveis de futuro.

Buscamos analisar qual a importância do trabalho para o jovem, através de pesquisa realizada com a aplicação de um questionário a 38 jovens com idade entre 15 a 24 anos, na Agência do Sistema Nacional de Empregos, na cidade de Ponta Grossa, para saber a opinião dos mesmos em relação a situação de desemprego¹⁵. Quanto ao significado do emprego para os jovens, obtivemos várias respostas que atribuem grande importância ao fato de estar inserido no mercado de trabalho, expressões como: Tudo (05); Independência financeira(07), Realização pessoal (11); Sustento da família (09); Perspectiva de futuro(04). Selecionamos algumas falas para ilustrar a visão dos jovens:

“ Representa a oportunidade de mudar de vida e poder sustentar os filhos.”(essa jovem tem 20 anos e 2 filhos).

“ *Para mim o emprego é muito importante para continuar os meus estudos.*” (refere-se ao ingresso no ensino superior)

“Eu preciso muito de um emprego porque com ele eu vou mudar muita coisa na minha vida, eu pretendo me casar”

“ O sustento da família e também um motivo de honra e responsabilidade com os seus dependentes.”

“ Tudo. Sustento, valorização, necessidade.”

“ Futuro para a família”.

As respostas acima demonstram que o significado da inserção no mundo do trabalho para os jovens está intimamente relacionado com o projeto de futuro dos mesmos, como: continuação estudos, casamento, sustento familiar, adquirir independência financeira etc, e que o desemprego é fator que limita a realização dessas pretensões. Contudo, os motivos do desemprego relatados pelos jovens, nem sempre vem

¹⁵ O questionário foi aplicado a 38 jovens que estavam a procura de emprego na Agência nos dias 23 e 24 de janeiro de 2005, tendo como objetivo fazer um estudo exploratório de que como o jovem que está procura de emprego percebe sua situação no mercado de trabalho. Constituiu a primeira aproximação com os jovens, na coleta de dados no campo da pesquisa.

acompanhados de uma análise que ultrapassa a si próprios como responsáveis pela situação, conforme apresentamos a seguir:

Quadro 01 : Motivo do desemprego dos jovens

Porque está desempregado?	Números absolutos
Falta de experiência profissional	19
Falta de vagas	09
Falta de escolaridade	01
Idade	02
Situação econômica do país	05
Não sabem	03
TOTAL	38

Fonte dos dados: Questionário aplicado a jovens na Agência do Trabalhador em Ponta Grossa (Pr)

As respostas dos jovens apontam a falta de experiência profissional como principal entrave para conseguir um emprego. As respostas indicam que o jovem se sente desfavorecido no mercado de trabalho em relação a outras faixas etárias (acima dos 24 anos), no que se refere a experiência profissional. 05 respostas apontaram para a situação do país como fator que interfere no desemprego e 09 respostas indicaram a falta de vagas no mercado de trabalho. Podemos afirmar a partir das respostas obtidas, que ainda prevalece uma avaliação centrada nas possibilidades individuais dos jovens inserirem-se no mercado de trabalho através da busca de experiência profissional.

O desemprego ocasiona uma crise de reprodução das condições de sobrevivência dos trabalhadores. QUADROS (2003,p.127) ao analisar o desemprego juvenil apresenta a hipótese de que estaríamos vivendo uma “*crise de reprodução social*”, onde os jovens estão cada vez mais longe de garantirem mobilidade social em relação aos pais e até mesmo de manterem-se nas mesmas condições sociais da sua família de origem. O Brasil é um país que apresenta uma mudança no perfil demográfico, com crescimento da população de jovens em relação ao número de crianças, dada a queda da taxa de fertilidade e ao aumento da longevidade. Assim é fundamental que as políticas públicas considerem a importância do jovem na sociedade, favorecendo a sua integração

no mercado de trabalho e a permanente qualificação profissional.

3. Considerações finais:

Podemos afirmar que o cenário econômico dos anos noventa serviu para agravar a crise social brasileira, em grande medida como consequência direta da situação de desemprego e pela precarização do mercado de trabalho. A precarização nas formas de contratação da força de trabalho ocasionou a perda do sistema de proteção social agravando o quadro social. Na segunda metade dos anos noventa, tivemos modificações nas regras para contratação da força de trabalho, com a perda de direitos trabalhistas¹⁶, a criação do contrato temporário de trabalho, a criação do banco de horas, o trabalho parcial, etc. A precarização das relações de trabalho, segundo FREITAS e MACHADO (1999) teve repercussão negativa no mercado de trabalho.

(...)a ocupação em um emprego de características precárias tende a não satisfazer o empregado, mantendo-o na faixa daqueles que buscam postos de trabalho (somando-se com outras situações, e com os desempregados em geral). À medida que o trabalhador precário permanece na disputa por postos de trabalho não precários, o mercado de trabalho vê um aumento no número de pessoas em busca de empregos, o que afeta a toda sociedade, e não só aos setores onde há contratações formais. (FREITAS e MACHADO,1999, p.76 a 77).

No Brasil, o mercado de trabalho nos anos noventa pode ser caracterizado pelo aumento do desemprego aberto, precarização das condições de trabalho e crescimento da informalidade. POCHMANN (2001) faz uma relação da década de noventa com períodos de desenvolvimento da economia nacional (de 1940 a 1970), buscando evidenciar a diminuição do assalariamento :

¹⁶ Sobre isso ver FREITAS e MACHADO . Desregulamentação e precarização nas relações formais de trabalho no Brasil dos anos 90. Revista Ser Social, n 5, julho a dezembro de 1999. Brasília: UNB, 1999. LIMA, V. S. O Direito do Trabalho: Flexibilização e Desregulamentação. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas. Dissertação de Mestrado, 2002.

(...)durante os anos 40 e 70, por exemplo, a cada 10 postos de trabalho criados apenas 2 não eram assalariados, sendo 7 com registro formal. Porém durante a década de 90 o saldo é outro, onde a cada 10 empregos criados somente 2 eram assalariados, porém, sem registro formal, o que configurou o cenário ocupacional de maior difusão de postos de trabalho não assalariados. (POCHMANN,2001 p.97 a 99)

O desassalariamento repercute tanto no padrão de consumo, como também na perda do sistema de proteção social. Partindo de uma análise realizada pela ótica de Castel (1998), estaríamos vivendo um processo de “*desfiliação social*”, ocasionada pela perda da condição de assalariamento dos trabalhadores, que segundo o autor define a identidade social dos trabalhadores. Por meio do salário, segundo Castel (1998) a força de trabalho se integra à vida social “*integração na subordinação*”, porque a relação salarial além de garantir o pagamento pelo trabalho realizado, possibilitando o acesso ao consumo, implica uma série de direitos aos trabalhadores, como proteção trabalhista, previdenciária, enfim da integração a vida social. Dessa forma, o desassalariamento da força de trabalho, através do advento das formas precárias de contratação da mão-de-obra e da própria informalidade, gera repercussões negativas entre a classe trabalhadora, que se vê segmentada e coloca lado a lado, aqueles trabalhadores estáveis, com maiores remunerações, cobertos pelo sistema de proteção social e aqueles trabalhadores de caráter precário, com baixos salários e sem proteção social, refletindo na própria organização da classe trabalhadora.

Conforme YAZBEK(2001) e POCHMANN(2001) com a diminuição das ocupações formais, parte da classe trabalhadora se vê excluída de direitos inerentes à proteção do trabalhador, como direitos previdenciários, 13^o. salário, fundo de garantia, auxílio doença, seguro-desemprego, entre outros, ficando portanto, descobertos do sistema de proteção social. Os direitos do trabalhador, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, buscam a garantia de padrões de sobrevivência de grande parcela da população.

Num período de ajuste recessivo, como a década de 1990, com elevação da taxa de desemprego, precarização das relações de trabalho, a necessidade da proteção social se torna mais elevada, em contrapartida, há uma redução dos gastos públicos do estado, mediante política de austeridade fiscal e retração do número de investimentos, acirrando ainda mais a problemática social. A esse respeito YAZBEK

(2001, p.37 e 38) coloca o seguinte:

Limites de ordem estrutural como falta de emprego e má distribuição de renda, ao lado do padrão de intervenção caracterizado pela redução de investimentos e pela baixa efetividade agravam esse quadro. (a autora refere-se aqui a regressão dos direitos sociais). Assim sendo, o incipiente sistema de proteção social brasileiro, e particularmente a Seguridade Social que afiança direitos a partir da Constituição de 1988, vai sendo afetado pelo corte de gastos sociais. Cada vez mais vinculado ao desempenho geral da economia, sofre os impactos das mudanças em andamento nessa esfera.. A contenção de gastos na área social pela necessidade de pagamento de empréstimos internacionais e rolagem da dívida pública, que cresceu de 1995 a 1998 cerca de 86% (43%do PIB), tem-se revelado vital para a política econômica com o FMI.

A redução da capacidade do Estado em investir em políticas sociais se deve a política de ajuste fiscal e a busca de gerar superávit primário para o pagamento de parte dos juros da dívida externa. A redução do emprego formal, gera a diminuição da contribuição para a previdência social e demais políticas sociais financiadas a partir da tributação sobre a folha de salários. Segundo BITAR e ROMÃO (2001) isso também pode ser entendido como uma contradição:

(...)o mesmo movimento que traz o desemprego, a informalidade e a precarização das condições de trabalho, impõe ao Estado maiores obrigações, ao mesmo tempo em que reduz as suas condições de operar justamente pela redução dos recursos . Em síntese, à medida que cresce a necessidade de aporte para fazer frente a crescente demanda, o sistema tem sua receita reduzida.(BITAR, ROMÃO,2001, p.97)

As questões ressaltadas acima em relação às medidas econômicas do governo brasileiro e seu reflexo para a classe trabalhadora, são elementos que subsidiam a compreensão do quadro de desemprego vivenciado pelo país na década de 1990 e sua repercussão para o segmento juvenil. Não podemos reduzir a questão do desemprego à falta de qualificação e experiência profissional dos jovens, é preciso analisar os impactos da política econômica sobre a geração de novos postos de trabalho. O trabalhador não pode ser considerado culpado pela situação de desemprego, ele sempre depende da capacidade da economia gerar vagas, para as quais ele deve buscar sua qualificação. Por mais importante que seja a qualificação profissional não podemos es-

quecer que é o nível de investimentos que pode fazer a economia crescer e gerar novas vagas no mercado de trabalho.

ABSTRACT: The unemployment is a present event in capitalist society with social and economic impact on workers' life. In the 90s, Brazil registered an increment in the rate of unemployment due the liberal trend of open market economic policy. The unemployment mostly affected younger workers due the increase of the concurrency in the work market and the incapacity of creation of new vacancies.

KEY WORDS:unemployment, work market, workers.

Referências:

AZEREDO, B. Políticas Públicas de Emprego: tendências e possibilidades. Revista São Paulo em Perspectiva, 11(4), 1997.

BALTAR, P. E; DEDECCA, C.S; HENRIQUE,W. Mercado de Trabalho e exclusão social. in: OLIVEIRA,C. A . B. de; MATTOSO, J.E.L. **Crise e Trabalho no Brasil**: Modernidade ou volta ao passado? 2^a ed. São Paulo: Scritta, 1996.

BITAR, M.S; ROMÃO, F. L. Emprego/desemprego no Brasil. **Revista Leituras de Economia Política**: Campinas, (9), p. 91 a 99, dez, 2001.

BRASIL. PANFLOR: Plano Nacional de Qualificação Profissional. Ministério do Trabalho e Emprego. 1996. www.mte.gov.br

CASTEL, R. AS metamorfoses da questão social: **uma crônica do salário. Petrópolis: vozes, 1998.**

COSTA, L.C. Keynes – uma análise social da teoria da demanda efetiva. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n 59, ano XX, março de 1999.

COSTA, L.C.da. A Reforma do Estado no Brasil: uma crítica ao ajuste neoliberal. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Serviço Social. PUC: São Paulo, 2000.

DEDECCA, C. S. Emprego e Qualificação Profissional no Brasil dos anos 90. In: OLIVEIRA, M. A .(org). **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas: UNICAMP, I.E,1998.

DIEESE. Mercado de Trabalho no Brasil. São Paulo, 2001. Disponível em www.dieese.org.br. Acesso em março de 2005.

DIEESE. O Pacote Fiscal e o compromisso com o FMI. Boletim DIEESE. Disponível em www.dieese.org.br/bol.cju/out/98xtml. Outubro de 1998. Acesso em março de 2005.

FREITAS, C.E.S.; MACHADO, M. S. Desregulamentação e precarização nas relações formais do trabalho no Brasil dos anos 90. Revista Ser Social: Trabalho e Cidadania, n 05, jul/dez/1999.

IBGE. Síntese dos Indicadores Sociais. 2004. www.ibge.gov.br

- IPEA. Revista Mercado de trabalho e análise. Brasília, 2003. www.ipea.gov.br
- KALECKI, M. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**: organização, introdução e tradução de Jorge Miglioli. São Paulo, HUCITEC, 1977.
- LEITE, M.de.P. A qualificação, desemprego e empregabilidade. **Revista São Paulo em Perspectiva**, 11(1), São Paulo, 1997.
- LEITE, M.de.P; POSTHUMA, A. C. Reestruturação produtiva e qualificação: reflexões sobre a experiência brasileira. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo 10(1), 1996.
- LIMA, V. S. Direito do trabalho: flexibilização e desregulamentação. Ponta Grossa - PR: Editora UEPG, 2003.
- LOURENÇO, G.M. Economia Brasileira: Marcas e Transformações dos Anos 90. **Revista Análise Conjuntural** (IPARDES), v.22, n 09-10, p.03 a 09/outubro de 2000.
- NETTO, D. **Crônica do Debate Interditado**. Rio de Janeiro: Copyright, 1998.
- PETRAS, James. Os fundamentos do neoliberalismo. In: No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC. Nildo Domingos Ouriques e Waldir José Rampinelli (ORGs). São Paulo: Xamã, 1997.
- POCHMANN, M. **A Década dos Mitos**: O novo modelo econômico e a crise do Trabalho no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001.
- POCHMANN, M. **A Batalha pelo Primeiro Emprego**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.
- POCHMANN, M. Desemprego é a grande ameaça ao jovem entre 15 a 24 anos. Disponível em www.educacional.com.br/entrevistas/0027 asp. Acesso em fevereiro de 2004.
- QUADROS, W. Classes sociais e desemprego no Brasil dos anos 1990. Revista Economia e Sociedade, Campinas, v 12, n 1 (20) , p.109 a 135. jan/jun, 2003.
- QUADROS, W. Um retrato do desemprego juvenil no Brasil. Revista Mercado de Trabalho, Conjuntura e Análise, n21, fev /2003. Disponível em www.ipea.gov.br . Acesso em fevereiro de 2004.
- SOUZA, P. R.C de. Os impasses atuais das políticas de emprego e de salário. In.: COUTINHO.R.; BELLUZZO,L.G. de M. (org). **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**: ensaios sobre a crise; 4 ed. Campinas: UNICAMP. IE, 1998, v 02.
- TAVARES, Maria da Conceição. FIORI, José Luís. Desajuste global e modernização Conservadora. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- TAVARES, Maria da Conceição. FIORI, José Luís. Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. 5ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- YAZBEK, M.C. Pobreza e Exclusão Social: expressões da questão social no Brasil. **Revista Temporalis**, ano 2, n03, p.33 a 61, jan/jul 2001. Brasília: ABEPSS, Granflin, 2001.

Bibliografia complementar:

ANTUNES, D. J. N. O Brasil dos anos 90: um balanço. Revista Leituras de Economia Política: Campinas, (9), p.63 a 89, dez, 2001.

AZEREDO, B. Políticas Públicas de geração de emprego no Brasil: limites e possibilidades. In: OLIVEIRA, M. A. (org). **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas: UNICAMP, I.E,1998.

COSTA, L.C. da. **Marx e a Barbárie Capitalista**. Disponível em www.uepg.br/nupes/marx.htm. Acesso em 21/11/2003.

COSTA, L.C. Uma discussão Humanitária da globalização. **Revista Pesquisa e Debate**: v.10, n.1(15),p.30 a 54, PUC. São Paulo, 1999.

LUCENA, C. A crise do capitalismo monopolista: educação, qualificação profissional e empregabilidade. Revista Educação e Contemporaneidade. Salvador, n16, p.51 a 60, jul/dez, 2001.

MADEIRA, F.R. A Improvisação na Concepção de Programas Sociais : muitas convicções, poucas constatações o caso do primeiro emprego. **Revista São Paulo em Perspectiva**. n 18, v.02.2004, p.78 a 94.

NETO, B.R.M. Nota sobre Marx e o processo de trabalho no final do século. **Revista Pesquisa e Debate**. São Paulo, v. 11, n2(18), p.05 a 13, 2000.

OLIVEIRA, C. A. B.de; MATTOSO, J.E.L. **Crise e Trabalho no Brasil**: Modernidade ou volta ao passado? 2ª ed. São Paulo: Scritta, 1996.

PARANÁ, Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP). **Perfil do Trabalhador**: Habilidades para o Emprego em Curitiba. Curitiba, 2004.

PARANÁ, Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP). Políticas Estaduais da Assistência Social e do Trabalho e Emprego: contexto, concepções, diretrizes, prioridades e estratégias de implementação. Curitiba, 2003

PARANÁ, Secretaria do emprego e Relações do Trabalho (SERT). **Intermediação de Mão-de-Obra**: Termo de Referência para o Sistema nacional de Emprego. Curitiba, 2000.

POCHMANN, M. O desemprego no capitalismo. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.52, ano XVIII, São Paulo: Cortez, dezembro 1996.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

SILVA, N.D.V. KASSOUF. A .L. A exclusão dos jovens no mercado de trabalho. **Boletim Qualidade de Vida**, USP. ano 03, n.22, março de 2001.

TREVISAN, L. A escolha profissional e a dificuldade do primeiro emprego. **Revista UNICSUL**. N08, dezembro de 2001

UNITRABALHO. **Boletim de Conjuntura**: Emprego Formal em Ponta Grossa no ano de 2003.UEPG, n 16 abril/de 2004.